
III Congresso Nordestino de Ciências da Religião e Teologia
Recife, 8 a 10 de setembro 2016
"Devoções religiosas e pluralismo cultural"
Anais

AUCTOR NO DISCURSO RELIGIOSO DO SAGRADO*

Fabiano Aparecido Costa Leite**

Resumo

O discurso das entidades espirituais é um dos momentos principais das cerimônias de diversas religiões afro-brasileiras. Este artigo faz uma reflexão, a partir da análise do discurso, da importância dos enunciadores, autores e auctores para a manutenção de comunidades religiosas autônomas, onde a figura carismática dos seus líderes religiosos são maiores que as instituições que os abrigam, e como todos os atores desta enunciação atuam para validar (ou não) o poder das entidades que existem nessas religiões.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Discurso religioso. Sagrado. Co-enunciador.

Este artigo faz uma abordagem reflexiva sobre os processos de constituição dos actores e sua importância para a manutenção de comunidades religiosas autônomas, onde a figura carismática dos seus líderes religiosos é maior que o nome denominacional da instituição que os abriga. Nossas observações partem a partir do discurso religioso que tem como máxima o falar do sagrado, ou seja, qualquer hierofania (Eliade, 2010) que utilize as cordas vocais do ser humano para pronunciar-se como o sagrado, independente de como é realizado esse processo[1], para isso utilizaremos como referência a consulta espiritual da Umbanda, onde o sacerdote a partir do processo de incorporação mediúnica se apresenta para o consulente como uma outra forma consciente e autônoma que não ele próprio.

A partir da relação de prestigio e detenção dos saberes simbólico esses enunciadores tornam-se figuras reverenciadas pela capacidade de

---

* Trabalho apresentado no III Congresso Nordestino de Ciências da Religião, realizado entre os dias 08 e 10 de setembro de 2016 na UNICAP, PE.

** Doutorando em Ciências da Religião pela UNICAP

[1] Diversas religiões utilizam nomenclaturas e processos diferentes para conceder na sua cenografia o espaço necessário para que o sagrado fale os demais, desde o uso de substâncias como na pajelança ou pela forma de identificação como a inspiração dos pentecostais ou a possessão na umbanda.

concentrar em si a essência do sagrado de uma religiosidade específica ou de uma comunidade enunciativa e detém o monopólio do conhecimento religioso, criando o que Bourdieu define como corpo de especialistas religiosos:

> Enquanto resultado da monopolização da gestão dos bens de salvação por um *corpo de especialistas* religiosos, socialmente reconhecidos como detentores exclusivos da competência especifica necessária à produção ou a reprodução de um *"corpus" deliberadamente organizado* de conhecimentos secretos (e portanto raros), a constituição de um campo religioso acompanha a desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos e que se transformam por essa razão em leigos (ou *profanos*, no duplo sentido do termo) destituídos do *capital religioso* (enquanto trabalho simbólico acumulado) e reconhecendo a legitimidade desta desapropriação pelo simples fato de que a desconhecem enquanto tal (BOURDIEU, 2009).

Se existe o corpo sacerdotal como detentor do saber religioso inalcançável ao leigo, e esses mantem os bens simbólicos, logo podemos claramente identificar os enunciadores (sacerdotes) e co-enunciadores (leigos) dentro do discurso religioso do sagrado, embora o autor nesses discursos não seja necessariamente e exclusivamente do corpo sacerdotal, mas ainda é deles a detenção do poder de identificar e validar o falar do sagrado e seus desdobramentos.

Para algumas correntes teóricas a possibilidade do autor não é necessária, como cita Roland Barthes:

> Dar um Autor a um texto é impor a esse texto um mecanismo de segurança, é dotá-lo de um significado último, é fechar a escrita. Esta concepção convém perfeitamente à crítica, que pretende então atribuir-se a tarefa importante de descobrir o Autor (ou as suas hipóstases: a sociedade, a história, a psique, a liberdade) sob a obra: encontrado o Autor, o texto é «explicado», o crítico venceu; não há pois nada de espantoso no fato de, historicamente, o reino do Autor ter sido também o do Crítico, nem no de a crítica (ainda que nova) ser hoje abalada ao mesmo tempo que o Autor (BARTHES, 2004).

Para Barthes, ao tentarmos identificar o autor, estamos na verdade aprisionando a própria obra dentro da visão de quem o identifica, a formalização do "eu" enquanto autor estaria diretamente ligada à

necessidade de capturá-lo e não de identificá-lo. Foucault nesse sentido faz outra abordagem do autor:

> O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu o texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência (FOUCAULT, 2010).

Entendemos que a ideia do autor não passaria mais pela experiência única do ser que irradia o texto, mas em que patamar o autor se estabelece com seu texto do ponto de vista das suas coerências e significados enquanto autor. Podemos observar então que se referindo ao pronunciamento do sagrado, o autor do discurso passa a ser pertinente pela legitimação que o co-enunciador faz do enunciador ao estabelecer a possibilidade real do "terceiro incluído" (LEITE, 2013).

Se o enunciador não é mais o autor, a partir do conceito de ser significante do discurso e passa a ser mero coadjuvante do seu texto porque sua intencionalidade escapa a partir do momento em que o discurso passa a ter vida própria perante o co-enunciador e este legitima o *terceiro incluído,* então ainda temos o problema do co-enunciador que, mesmo dando significância ao discurso, idealiza-se com o autor para dar a esse a autoria do pensamento que se distanciou inicialmente do autor, mas necessita reavivá-lo para continuar sua reconstrução idealizadora. Essa figura de distanciamento-aproximação Maingueneau, na sua classificação de três dimensões da noção do autor, definiu como "*auctor*":

> A terceira dimensão é a do autor enquanto correlato de uma obra. Para evitar a instabilidade da palavra "autor", poderíamos falar aqui de *auctor*. Se todo texto implica por natureza um "responsável", apenas um número muito restrito de indivíduos atinge o estatuto de "auctor". Basta para isso que se possa associá-los a uma "obra", digamos a um *Opus*, e não a uma sequência contingente de textos dispersos. O *Opus* pode até ser constituído por um único texto, mesmo que seu autor tenha produzido apenas um, ou que só um texto dele tenha chamado a atenção (MAINGUENEAU, 2010).

Esta dimensão do autor é que utilizaremos para determinar o autor no discurso do sagrado: o autor idealizado na figura do médium que recebe

o status de *auctor* pela capacidade de criar o discurso e provê "fonte de autoridade apenas se terceiros falam dele" (Maingueneau, 2010), pois para ter direito a ser portador do *terceiro incluído* não basta o dizer-se em contato com o sagrado, a autoridade é provida por quem recebe o discurso e trata essa manifestação como *auctor*, como descreve Maingueneau:

> Para ser plenamente auctor, é preciso ser reconhecido, ter uma "imagem de autor". O grau desse "reconhecimento" varia com a natureza dos terceiros implicados. Uma coletânea de poesias publicadas por conta do autor e da qual só a família e os amigos próximos do produtor falam confere uma qualidade de "auctor" de nível bem baixo; ao contrário, um ensaio publicado por um grande editor, citado por diversas revistas de prestígio e que leva seu autor a um programa de televisão, confere um forte coeficiente de *auctoridade* (MAINGUENEAU, 2010).

O autor necessita ter esse coeficiente para iniciar seu processo de *autor-negador* (LEITE, 2013). Ele por si nega a possibilidade de ser o autor, diferente da possibilidade de heterônimos que são autores fictícios formalmente criados e controlados pelo autor:

> Um dos maiores exemplos dessa ausência da unidade do eu, na literatura, é Fernando Pessoa. Ao morrer, em 1935, aos 47 anos, Pessoa deixou um baú repleto de poemas, bilhetes, projetos de livros, cartas etc. – mais de 25 mil documentos, que se encontram atualmente na Biblioteca Nacional em Lisboa. Esses documentos foram escritos por seus heterônimos (em número maior que 15), a maior parte com biografia, data de nascimento, horóscopo, caligrafia e estilo literário próprios. Heterônimo não é o mesmo que pseudônimo; não se trata de produções de Fernando Pessoa publicadas sob nome falso. Heterônimos são personagens criados por Pessoa, que pensam diferentemente dele e têm estilos diferentes (ALBERTI, 2000).

O auctor não aceita ser o agente que controla suas manifestações, não parte de si para criar o outro, parte da sua situação de *autor-negador* para construir a imagem do sagrado, que para os religiosos portadores dessa possibilidade, materializa-se e mantém-se autônoma e totalmente independente e que não credita para si a possibilidade de criação de um personagem espiritual. Mas escapa a capacidade do corpo sacerdotal a completa legitimação e o referendo de ser ou não o autor-negador, pois só

iniciam o processo de legitimação, cabendo exclusivamente ao co-enunciador legitimar ou não o autor-negador.

A complexidade da autoria do discurso religioso do sagrado se faz justamente pela negação da autoria, o processo de comprovação de autoria encontra-se rotineiramente na pergunta: Será o enunciador que solicita o reconhecimento da obra o verdadeiro autor? Neste modelo de discurso subverte-se a verificação transportando para a negação: Será que realmente não é o autor o enunciador que nega a autoria do discurso?

Existe uma outra noção de autor, que cria a concepção de estruturas fortemente elencadas no enunciador, permitindo que o mesmo seja maior que a instituição religiosa que o abriga: Pais de santos, médiuns, pastores, profetizas entre outros. de grande prestígio podem alcançar ainda o que Maingueneau descreve como a*uctor maior*:

> Há aqueles que atingem o estatuto de auctor *maior* quando seu prestígio é tamanho que se publicam textos deles que não estavam destinados a ser publicados: rascunhos, correspondências privadas, deveres escolares, cadernos de notas, diários íntimos [...] (MAINGUENEAU, 2010).

O *auctor maior* é criado novamente pela capacidade co-enunciador reconhecê-lo como grande autor-negador, capaz de manter discursos de recusa que são vistos como célebres e verdadeiros.

Podemos citar exemplos dos espíritos que são responsáveis inclusive pelos nomes das casa de umbanda como "Tenda Caboclo Sete Flechas" ou "Casa de caridade Vovó Maria Conga" por exemplo: eles emergem quando tem seu prestígio assegurado, quando os fiéis entoam seus cânticos, mantêm consigo o material utilizado pela entidade, guardam e distribuem orações por ela proferidas e procuram uma história geral da possível existência anterior da entidade no plano material entre outras formas de manter a durabilidade do seu discurso ou ainda observando o carisma do médium, aquele que com suas palavras e história de vida faz com que os co-enunciadores acreditem nos seus dons espirituais, recebem orações

proferidas por entidades que manifestaram com eles ou mantem suas fotos nas paredes dos templos.

Mesmo a maior parte do discurso do sagrado sendo perecível, ou seja, destinado ao momento congelado específico na história dos enunciadores e co-enunciadores, a singularidade do *auctor* dentro discurso é que sua identificação como tal cria-se conforme sua clientela vai evidenciando e difundindo para terceiros seus feitos, ou seja, um *auctor* do discurso do sagrado para se elevar a auctor maior depende a priori de outros discursos de não *auctores*.

Se o autor nestes casos se constitui a partir da sua identificação como autor-negador, e esse autor-negador necessita do interlocutor para ser evidenciado como tal, o processo de preparação desse discurso acontece de forma complexa e altamente simbólica. Se o autor-negador do discurso tem que evidenciar-se na negação do ser que está ali presente, é necessário para si e para os demais realizarem a dramatização desse processo de desapropriação do discurso do ser visível e entregá-lo para o ser invisível na preposição da vontade da verdade, pois "essa vontade da verdade, como outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional" (Foucault, 2010). Nesse caso a própria comunidade enunciativa espera que certos processos estejam de acordo com o que já foi tacitamente aprovado enquanto ritual da religião:

> Em cada gira o sacerdote redefine o seu poder que, a despeito das qualidades mediúnicas que exige, não é visto como uma propriedade inalterável, mas, sim, como algo sempre em elaboração. Há uma acumulação desse prestígio, cuja aferição é, em geral, realizada antes do início das giras, quando a comunidade, num movimento de controle difuso, enumera os feitos e as vitórias em demandas que se tornam testemunhos do valor daquele que está sendo julgado. Mas a história assim construída pode sempre se converter numa versão negativa, podendo a relação do sacerdote com suas entidades fornecer os exemplos da leitura que se queira conformar. Porque a consagração do sacerdote se refaz a cada gira, sendo que a acusação mais grave que é feita a um sacerdote diz respeito a sua real incorporação pelas entidades que foram convidadas a descer no ritual (ZEIBLITZ, 1985).

Neste sentido, podemos concluir que embora para alguns autores e alguns tipos de discurso não são necessários a identificação do autor, no discurso religioso de manifestação do sagrado o *terceiro incluído* é aceito apenas se os co-enunciadores validarem seu discurso através de um processo de negação do enunciador e permitir o surgimento do autor consolidador da verdade do discurso. Ao mesmo tempo religiões pautadas na descentralização dos seus processos teológicos e institucionais muitas vezes sendo pequenas comunidades religiosas, sobrevivem praticamente da capacidade do corpo sacerdotal se apresentarem como auctores e apenas ampliam sua base de sustentação e legitimação social a partir da identificação de um auctor maior capaz de aglutinar os religiosos dentro dos limites impostos por esse discurso do sagrado. Assim é de suma importância que a identificação desses auctores seja realizada nesses tipos de congregação para que a análise do discurso dessa comunidade enunciativa possa ser devidamente estabelecida.

Referências

ALBERTI, Verena. Indivíduo e biografia na história oral. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC / FGV.** [Online], 2000. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1525.pdf. Acesso em: 26 de 01 de 2013. p. 3-4.

BARTHES, Roland. 2004. **A morte do autor**. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 4-5. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/48019/mod_resource/content/1/morte_do_autor.pdf. Acesso em: 01 jan. 2013, 14h:43 .

BITTENCOURT FILHO, José. 2003. **Matriz religiosa brasileira**. Petropolis: Koinonia, 2003. p. 31-81.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 39.

LEITE, Fabiano A. Costa. **Eu, Deus e Irene** - O autor no discurso religioso da umbanda. Vitória, 2013. Dissertação de mestrado - Faculdade Unida, 2013.

ELIADE, Mircea. 2010. **Tratado de história das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 16-17.

FOUCAULT, Michel. 2010. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2010. p. 26.

MAINGUENEAU, Dominigue. 1989. **Novas tendências em Análise do Discurso.** Campinas : Ed. Pontes, 1989. p. 50.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010. p. 30-31.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. 2001. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil Colonial. **Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal**. [Online], 2001. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018164002. Acesso em: 02 de nov. 2013.

ZEIBLITZ, Zelia. A gira profana. [A. do livro] ISER. **Umbanda & politica**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 133.